



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**ATA DA 43ª SESSÃO ORDINÁRIA DO 2º PERÍODO DA 20ª LEGISLATURA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ, ESTADO DO MARANHÃO**

Em 4 de dezembro de 2025, às 8h30min, no Plenário Léo Franklin e por meio virtual, a Câmara Municipal de Imperatriz esteve reunida em Sessão Ordinária. Compareceram os vereadores: Adriano Lima Brito, Amauri Alberto Pereira de Sousa, Alcemir da Conceição Costa, Aurélio Gomes da Silva, Elias Ferreira de Holanda Júnior, Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa, Francisco Messias da Silva, Jhony dos Santos Silva, João Ferreira da Gama Júnior, Jorgiana Pinheiro Sousa, Mesaac Cirqueira Santiago, Renata Sousa Nascimento, Ricardo Seidel Guimarães, Rosângela Aparecida Barros Curado, Rubem Lopes Lima, Terezinha de Oliveira Santos, Whallassy de Oliveira Barros, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, Whelberson Lima Brandão e o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior. Ausente: Rodrigo Silva de Medeiros Passos. Verificado quórum regimental, a vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado procedeu à leitura dos versículos de 1 a 11 do capítulo 111 do livro de Provérbios da *Bíblia Sagrada*. Logo depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, declarou aberta a 43ª Sessão Ordinária do 2º Período da 20ª Legislatura, momento em que informou que, em virtude da insuficiência de quórum, ficaria adiada a apreciação das atas das três sessões anteriores. A seguir, na forma regimental, o presidente Adhemar Alves de Freitas Júnior declarou instalada a Tribuna Popular, atendendo à solicitação das vereadoras Renata Sousa Nascimento, Jorgiana Pinheiro Sousa, Rosângela Aparecida Barros Curado e Terezinha de Oliveira Santos, destinada à apresentação dos dados da rede de atenção e proteção às mulheres de Imperatriz. Nesta ocasião, registrou nominalmente as representantes dos órgãos da rede que compareceram para expor suas ações, dentre elas Sônia Pargas, assessora da Procuradoria da Mulher; Dra. Cíntia Miranda, delegada da Mulher; Júci Hélia de Souza, soldada da Patrulha da Mulher; Raíres Iara Alves, supervisora da Guardiã Maria da Penha; Conceição Amorim, presidente do Fórum da Mulher; Dra. Ana Luíza, defensora pública; Gabriela Bonfim, diretora da Casa da Mulher; Dra. Gabriele Gadelha, promotora de Justiça; além de demais coordenadoras e gestoras de unidades de saúde, programas municipais e instituições integrantes da rede de enfrentamento à violência contra a mulher. Instantes depois, convidou Sônia Pargas, assessora da Procuradoria da Mulher da Câmara Municipal de Imperatriz, para fazer uso da tribuna no prazo regimental. Ao se manifestar, Sônia Pargas afirmou que era uma honra apresentar, em nome da Procuradoria da Mulher, o balanço das ações desenvolvidas ao longo de 2025, período que, segundo avaliou, fora marcado pela consolidação institucional, pelo fortalecimento de vínculos e pela ampliação das articulações com os órgãos da rede de proteção. Recordou que a Procuradoria contava com equipe composta pela procuradora, assessora especial, responsável pela mídia institucional e assessor de gabinete, e explicou que, embora ainda não houvesse espaço físico exclusivo para acolhimentos, o gabinete permanecia aberto sempre



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

que necessário, prestando orientação inicial, escuta e encaminhamento das mulheres para os órgãos competentes, tais como Delegacia da Mulher, Defensoria Pública, SEMUS, CREAS e demais instituições especializadas. A propósito das ações iniciadas no ano, assinalou que, logo nos primeiros meses, fora realizada reunião ampliada com todas as instituições que atuavam na defesa dos direitos das mulheres, encontro que buscara alinhar demandas, fortalecer vínculos de cooperação e reafirmar a importância do trabalho articulado. Relatou, ainda, que ao longo de 2025 se intensificaram as parcerias com a Casa da Mulher Maranhense, unidades básicas de saúde, Casa do Idoso, CREAS, Delegacia da Mulher e outras instituições integrantes da rede, o que permitira, conforme frisou, garantir encaminhamentos mais responsáveis e serviços mais adequados às mulheres atendidas. Comentou que a principal frente de atuação da Procuradoria fora a educação, prevenção e conscientização, destacando o projeto Procuradoria Itinerante, realizado em escolas, CRAS, UBS e casas de idosos, levando rodas de conversa, palestras sobre autoestima e empoderamento e escuta ativa das demandas de mulheres de bairros mais distantes. Nessa perspectiva, informou que diversas campanhas foram desenvolvidas ao longo do ano, entre elas as ações do Carnaval, com palestras educativas e panfletagem; o Mês da Mulher, com atividades de autocuidado e blitz educativa; o Mês das Mães, com atendimentos e serviços voltados à saúde da mulher; o Agosto Lilás, com Tribuna Popular e participação em mobilizações públicas; e o Outubro Rosa, com programação especial sobre prevenção, autoestima e autocuidado, em parceria com o Hospital de Amor. Sublinharam-se, igualmente, a participação no Fórum de Mulheres e na Conferência Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, eventos que, segundo destacou, reforçaram o compromisso institucional com a construção coletiva de políticas municipais. Avaliou que os resultados mais expressivos foram o retorno positivo das mulheres atendidas e o aumento acentuado da participação nas atividades, ressaltando que o trabalho desenvolvido alcançara comunidades afastadas, ampliando a visibilidade da Procuradoria e aproximando a Câmara Municipal da população feminina. Por fim, observou que a Procuradoria também atuara no campo legislativo, mediante indicações e sugestões, fiscalização de políticas públicas, articulação com comissões temáticas e participação em colegiados. Assinalou que a informação constituía instrumento de proteção e, por isso, a comunicação institucional fora fortalecida, com produção de conteúdos educativos, materiais informativos e campanhas nas redes sociais. Concluiu declarando que 2025 representara importante etapa de fortalecimento da Procuradoria da Mulher, marcada pela aprendizagem, pela ampliação das parcerias e pela aproximação com mulheres que mais necessitavam do serviço. Em nome da Procuradora da Mulher da Câmara Municipal, agradeceu o espaço e desejou bom dia. Ao se manifestar, a delegada da Mulher,



ESTADO DO MARANHÃO CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

Cíntia Miranda, agradeceu a oportunidade de apresentar os dados da Delegacia da Mulher de Imperatriz e relatou que, até aquela semana, haviam sido instaurados mil inquéritos no ano, além do registro de aproximadamente cem boletins de ocorrência por mês, grande parte acompanhada de pedidos de medidas protetivas de urgência formuladas pelas próprias vítimas. Comentou que, no mesmo período, a Delegacia efetuara duzentas e quarenta e oito prisões em flagrante relacionadas à violência doméstica e familiar, bem como quarenta e um cumprimentos de mandados de prisão por descumprimento de medidas protetivas e trinta mandados de prisão preventiva. A delegada ponderou que tais números evidenciavam a necessidade de apoio contínuo da Câmara Municipal para que a Delegacia pudesse dar conta da demanda crescente, agradecendo, nesta ocasião, o respaldo já recebido do presidente da Casa. Solicitou, ainda, atenção especial dos parlamentares à situação da via de acesso à Casa da Mulher Maranhense, que, segundo observou, tornara-se de difícil trafegabilidade com o início do período chuvoso, prejudicando o deslocamento das vítimas e, por consequência, a própria efetividade das ações de proteção. Encerrando, reafirmou que a Delegacia permanecia de portas abertas para o atendimento das mulheres e agradeceu o espaço concedido. Logo depois, o presidente Adhemar Alves de Freitas Júnior agradeceu a exposição da delegada Cíntia Miranda e registrou a presença da professora Souza Carvalho, da Universidade Federal do Maranhão, convidando-a a integrar a extensão da mesa diretora. Em seguida, convocou a supervisora da Guardiã Maria da Penha, Raíris Iara Alves, para fazer uso da tribuna. Ao tomar a palavra, Raíris Iara Alves cumprimentou os presentes, destacando especialmente a vereadora Renata Sousa Nascimento, autora da proposição da Tribuna, e teceu breves referências pessoais a uma antiga professora que se encontrava no plenário. Explicou que representava o grupamento Guardiã Maria da Penha, unidade em fase de estruturação, destinada ao enfrentamento da violência doméstica no âmbito da Guarda Municipal. Frisou que esse grupamento constituía política pública implementada pela gestão municipal, com apoio das vereadoras que atuavam à frente da Procuradoria da Mulher. A supervisora afirmou que a necessidade do grupamento se evidenciara diante do aumento expressivo de casos atendidos. Informou que, no ano anterior, a Guarda Municipal realizara apenas cinco conduções relacionadas à violência doméstica, decorrentes, segundo avaliou, da ausência de informação da população sobre a atuação da corporação nessa área. No entanto, após a implementação da política pública, a sociedade passou a acionar com maior frequência a Guarda Municipal, resultando em vinte e nove prisões de agressores somente naquele ano. Nessa perspectiva, explicou que a Guardiã Maria da Penha atuava de forma integrada à rede, em apoio a órgãos municipais e estaduais, e que seu propósito não era dividir competências, mas somar esforços. Declarou que,



ESTADO DO MARANHÃO CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

enquanto houvesse registros de violência doméstica, o grupamento permaneceria atuante. Reforçou que o combate à violência doméstica competia a todos os entes federativos e também à sociedade civil e reafirmou que a Guardiã trabalhava em conjunto com a Patrulha Maria da Penha, que atendia a sete municípios e operava com demanda elevada. Relatou que a Guarda Municipal também colaborava com ações de apoio, rondas, acompanhamentos e atendimento às mulheres que buscavam ajuda diretamente por meio do número funcional da corporação. Enfatizou, ainda, que a sociedade vinha reconhecendo e aprovando o trabalho desempenhado. Ao final, agradeceu à Câmara Municipal e à gestão pública pelo apoio institucional e citou nominalmente diversas mulheres que haviam sido atendidas antes que a violência se agravasse, dedicando, em nome delas, seu agradecimento às autoridades presentes. Instantes depois, o presidente cumprimentou Raíris Iara Alves pela exposição e convidou Gabriela Bonfim, diretora da Casa da Mulher Maranhense, para ocupar a tribuna. Ao iniciar sua manifestação, Gabriela Bonfim agradeceu a oportunidade e cumprimentou todos os presentes na pessoa do presidente Adhemar Alves de Freitas Júnior, destacando a parceria contínua entre a Casa da Mulher Maranhense e a Procuradoria da Mulher da Câmara, especialmente por meio da vereadora Renata Sousa Nascimento. Comentou que já estava há três anos na direção da Casa e que aquela legislatura se mostrava, segundo avaliou, especialmente unida em prol da causa da mulher. Assinalou que todas as vereadoras haviam visitado a instituição, assim como alguns vereadores, e explicou que a participação ativa do Legislativo fortalecia a rede de apoio. Relatou que a Casa da Mulher Maranhense produzia relatórios mensais, trimestrais, semestrais e anuais, e que, ao fechar a parcial referente aos onze primeiros meses do ano, registrara 9.065 atendimentos, número que, conforme observou, tendia a crescer, sobretudo no mês de dezembro, quando festividades e consumo de álcool historicamente contribuíam para o aumento das ocorrências. Informou que tais dados eram acompanhados por análises qualitativas e quantitativas elaboradas pela equipe psicossocial. A diretora explicou que encaminharia o relatório anual à Procuradoria da Mulher, colocando-o também à disposição de todos os parlamentares, com o objetivo de subsidiar políticas públicas e ampliar a compreensão sobre o perfil das mulheres atendidas. Destacou que alguns dados contrariavam discursos difundidos nas redes sociais, especialmente a afirmação de que mulheres vítimas de violência seriam dependentes financeiras dos agressores. Segundo apontou, 40% das mulheres atendidas tinham emprego formal e 18% eram autônomas ou empreendedoras; apenas 5% declaravam não possuir renda própria. Observou que, além da violência física e psicológica, muitas mulheres sofriam ataques públicos e humilhações quando seus casos eram expostos nas redes sociais. Relatou que, segundo dados internacionais, para cada mulher que denunciava, outras



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

cinco permaneciam em silêncio, e, portanto, o número real de vítimas era muito superior ao que chegava aos órgãos de proteção. Explicou que, somente naquele ano, a Casa tinha recebido 9.065 mulheres, sem contar as atendidas diretamente pela Defensoria Pública, Delegacia da Mulher, Ministério Público e outros órgãos. Ao final, fez um apelo enfático aos vereadores: pediu que todos percorressem, pessoalmente, o trajeto entre a Avenida Pedro Neiva de Santana e a Rua São Sebastião, até a sede da Casa da Mulher Maranhense, imaginando-se na condição de uma mulher ferida, com um filho no colo e fugindo do agressor, sendo obrigada a desviar de buracos profundos enquanto verificava, pelo retrovisor, se estava sendo perseguida. Afirmou que aquela era a realidade diária de muitas vítimas e que garantir acesso digno às vias públicas era responsabilidade do poder público. Encerrando, agradeceu a atenção da Casa e reiterou o compromisso da equipe com a proteção das mulheres. Na sequência, o presidente convidou a promotora de Justiça, Gabriele Gadelha, para fazer uso da tribuna. Ao iniciar sua fala, a promotora manifestou satisfação por retornar à Câmara Municipal, destacando que o diálogo entre o Ministério Público e o Legislativo era fundamental para o fortalecimento da democracia e para a proteção integral das mulheres, conforme previsto na Lei Maria da Penha. Relatou ter assumido a promotoria em agosto de 2022 e iniciado o exercício pleno em janeiro de 2023, ocasião em que comunicara aos órgãos da rede a importância do Ministério Público manter contato direto com as mulheres atendidas. A promotora destacou que o trabalho era necessariamente integrado e que a proteção efetiva às mulheres exigia cooperação entre Defensoria Pública, Poder Judiciário, Casa da Mulher Maranhense, Patrulha Maria da Penha, Guardiã Maria da Penha, Secretaria da Mulher e demais instituições. Apresentou dados atualizados de 2025, informando que a promotoria havia realizado 301 atendimentos diretos, muitos deles decorrentes de buscas ativas feitas para acompanhar a situação de vítimas cujos casos apresentavam alto grau de gravidade. Explicou que o Ministério Público acompanhava centenas de medidas protetivas e que somente naquele ano haviam tramitado 1.440 processos relacionados à proteção de mulheres em situação de violência, ressaltando que tais números evidenciavam a efetividade das medidas protetivas, contrariando a percepção equivocada de que não funcionariam. Relatou ter cobrado da Prefeitura melhorias urgentes na infraestrutura de acesso à Casa da Mulher Maranhense, devido aos constantes alagamentos e ao risco que tais condições impunham às vítimas. Comentou ainda casos recentes em que pessoas idosas, mulheres com mobilidade reduzida e mesmo carroceiros enfrentavam sérias dificuldades para circular na via, o que demonstrava, segundo avaliou, violação do direito básico de ir e vir. Defendeu que os serviços públicos só poderiam ser considerados acessíveis quando, além de existirem formalmente, possibilitassem o deslocamento seguro das usuárias.



ESTADO DO MARANHÃO CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

Encerrando, reiterou que o Ministério Público permaneceria à disposição da rede para atuar tanto na fase de proteção quanto na fase penal dos casos, parabenizou a Câmara pelo espaço e desejou que os debates gerassem encaminhamentos concretos. Dando prosseguimento, o presidente convidou a defensora pública da mulher, Ana Luíza, para se manifestar. A defensora iniciou cumprimentando os presentes e explicou que, como mineira, esforçar-se-ia para falar de forma pausada. Observou que, ao tratar de acesso à justiça, era impossível ignorar a dificuldade extrema que muitas mulheres enfrentavam para chegar à Casa da Mulher Maranhense, reforçando os apontamentos já feitos pelas expositoras anteriores. Destacou que a precariedade da via era preocupante inclusive para quem possuía automóvel, agravando-se quando se tratava de mulheres feridas, acompanhadas de crianças ou submetidas a condições psicológicas vulneráveis. A defensora mencionou números de atendimentos: entre junho (quando retornara de licença maternidade) e o início de dezembro, a Defensoria realizara 1.303 atendimentos, ressaltando que esse quantitativo se referia a atendimentos, e não ao número de mulheres, pois muitas retornavam diversas vezes ao órgão. Explicou que era comum receber mulheres temerosas de solicitar medidas protetivas devido a informações equivocadas amplamente divulgadas nas redes sociais, segundo as quais a medida aumentaria o risco de violência. Destacou, porém, que para cada caso excepcional em que uma vítima com medida protetiva sofria nova agressão, havia milhares de casos em que a medida efetivamente protegera vidas. A defensora apresentou dados relativos aos perfis das mulheres atendidas, explicando que 85,6% possuíam renda própria, e que 70% relataram sofrer controle e ciúme excessivo dos agressores, além de comportamentos que indicavam risco elevado. Relatou, também, que grande parte das mulheres atendidas tinha filhos que presenciavam as agressões, número que, segundo observou, ultrapassava 60%, e que muitas haviam sofrido violência durante a gravidez, o que exigia atenção especial das equipes de saúde nos atendimentos pré-natais. Encerrando, reiterou a necessidade de fortalecer políticas públicas e serviços que garantissem proteção integral às mulheres e agradeceu o espaço. Logo em seguida, o presidente concedeu a palavra à presidente do Fórum da Mulher, Conceição Amorim. Ao se manifestar, Conceição Amorim declarou sentir grande satisfação por participar daquele momento e afirmou que a rede de proteção às mulheres de Imperatriz era, há muitos anos, reconhecida como uma das mais articuladas do Maranhão. Recordou que o Fórum da Mulher desempenhava papel histórico na defesa dos direitos das mulheres, atuando de forma permanente tanto no acolhimento quanto na articulação institucional. Acrescentou que a união entre órgãos municipais, estaduais e a sociedade civil constituía elemento essencial para o funcionamento eficaz da rede. Comentou que, apesar dos avanços, ainda persistiam desafios significativos,



ESTADO DO MARANHÃO CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

especialmente no que dizia respeito ao enfrentamento das violências psicológica e patrimonial, modalidades que, segundo observou, muitas vezes antecediam agressões físicas mais graves. Ressaltou que a prevenção deveria ser tratada como prioridade absoluta, e que esse trabalho começava pela educação das crianças, jovens e famílias. Manifestou preocupação com o aumento de conteúdos violentos disseminados nas redes sociais e lembrou que a desinformação comprometia o acesso das mulheres aos mecanismos de proteção. A seguir, destacou os dados apresentados ao longo da Tribuna, afirmando que eles demonstravam a gravidade da realidade enfrentada pelas mulheres da cidade, mas, ao mesmo tempo, evidenciavam o compromisso de cada órgão da rede. Declarou que o Fórum da Mulher estava à disposição para colaborar com a Procuradoria da Mulher e com a Câmara Municipal em qualquer encaminhamento que viesse a fortalecer a proteção das mulheres e assegurar o cumprimento da Lei Maria da Penha. Encerrando, agradeceu o espaço concedido e parabenizou a Procuradoria da Mulher pela iniciativa da Tribuna Popular. Logo depois, o presidente convidou a coordenadora da Secretaria Municipal de Saúde, Isadora Silva, para fazer uso da palavra. Ao iniciar sua exposição, Isadora Silva cumprimentou os presentes e explicou que representava a Secretaria Municipal de Saúde na articulação da rede de atenção integral às mulheres. Informou que a pasta havia intensificado os fluxos de atendimento às vítimas de violência, com o objetivo de fortalecer o acolhimento e padronizar os procedimentos nas unidades básicas de saúde, no Serviço de Atendimento Especializado e na unidade de saúde mental. Prosseguindo, relatou que a Secretaria implementara protocolos de atendimento humanizado, capacitações, rodas de conversa e ações de conscientização ao longo do ano, com resultados positivos tanto no acolhimento quanto na identificação de casos de violência. Mencionou que as unidades de saúde enfrentavam situações complexas, muitas vezes envolvendo mulheres em sofrimento psicológico intenso ou em condições de vulnerabilidade extrema, o que demandava grande sensibilidade e preparo técnico. Acrescentou que a articulação com a Casa da Mulher Maranhense e com a Procuradoria da Mulher era essencial para garantir encaminhamentos adequados e acompanhamento efetivo das vítimas. Ressaltou que os números apresentados ao longo da Tribuna deveriam servir de alerta para toda a sociedade e reforçou que a saúde também desempenhava papel central na proteção das mulheres. Encerrando, colocou a Secretaria à disposição da rede, agradecendo a oportunidade de participar do debate. Em seguida, o presidente convidou a professora da Universidade Federal do Maranhão, Souza Carvalho, para fazer uso da palavra. A professora iniciou cumprimentando os presentes e registrou que sua participação naquele momento simbolizava o compromisso da universidade com a produção de conhecimento e com o fortalecimento das políticas públicas de enfrentamento à violência



ESTADO DO MARANHÃO CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

contra a mulher. Observou que a academia mantinha pesquisas contínuas sobre violência de gênero e que os dados apresentados naquele dia confirmavam tendências identificadas em estudos recentes. Assinalou que, embora o discurso público muitas vezes minimizasse a gravidade do problema, a violência contra a mulher permanecia estrutural e sistêmica, reproduzida por padrões culturais profundamente arraigados. Acrescentou que a universidade se colocava à disposição para contribuir com diagnósticos, análises e ações de extensão voltadas à prevenção e à formação de redes de apoio. Concluiu agradecendo o convite e parabenizando a Procuradoria da Mulher pelo espaço democrático de discussão. Na continuidade, o presidente abriu o espaço para as manifestações dos vereadores, iniciando pela procuradora da mulher da Câmara Municipal, vereadora Renata Sousa Nascimento. Ao fazer uso da palavra, a vereadora Renata Sousa Nascimento cumprimentou o presidente, os vereadores, os servidores e toda a sociedade presente. Declarou que desejava, sobretudo, agradecer a toda a rede de proteção às mulheres. Comentou, em tom descontraído, que já se encontrava “quase morando” na Casa da Mulher Maranhense, afirmando ter sido sempre acolhida pela diretora Gabriela Bonfim, a quem agradeceu pela sabedoria, sensibilidade e permanente disposição em fortalecer a união entre os órgãos da rede. A vereadora externou reconhecimento pelo compromisso e responsabilidade de todas as instituições que compunham a rede e destacou que a presença das mulheres ali reunidas demonstrava, além de respeito pela Câmara, profundo respeito pela cidade de Imperatriz. Afirmou que fora por essa razão que havia convidado cada uma delas para participar da Tribuna Popular, pois o município necessitava de dados concretos que subsidiassem políticas públicas mais eficazes. Acrescentou que todas as integrantes da rede eram essenciais e, por isso, fazia questão de parabenizá-las pelo trabalho que vinham desempenhando. Renata Sousa Nascimento agradeceu também aos vereadores da Casa, reconhecendo o apoio dado à Procuradoria da Mulher ao longo do ano. Informou que todas as ações realizadas haviam contado com o convite a todos os parlamentares e que o presidente Adhemar Alves de Freitas Júnior sempre manifestara apoio integral às iniciativas. Destacou, ainda, a colaboração do vereador Sargento Adriano, a quem agradeceu pela orientação constante; da vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado, que sempre atendia às demandas na área da saúde; do vereador Gama, enquanto advogado; e de todos os parlamentares que abraçavam as pautas da Procuradoria da Mulher. Encerrando, renovou agradecimentos e respeito a todos. Logo depois, o presidente concedeu a palavra ao vereador Francisco Messias, anunciando que, em seguida, falaría o vereador Sargento Adriano. Ao se pronunciar, Francisco Messias cumprimentou o presidente, os vereadores e todas as pessoas que acompanhavam a sessão presencialmente e pelo YouTube. Ressaltou a importância da Tribuna Popular,



ESTADO DO MARANHÃO CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

afirmando que discutir políticas para as mulheres significava discutir cuidado, dignidade e proteção. Rendeu especiais cumprimentos à diretora da Casa da Mulher Maranhense, Gabriela Bonfim, citando o trabalho reconhecido que desenvolvia em Imperatriz e em todo o Estado, e à delegada da Mulher, Cíntia Miranda. Saudou, ainda, a Polícia Militar, a Guarda Municipal e os profissionais da educação, na pessoa da professora Erli. O vereador estendeu os cumprimentos à secretária da Mulher, Liana, destacando o trabalho acolhedor que vinha sendo executado pela pasta desde que assumira a função. Afirmou que a gestão municipal, sob o comando do prefeito Rildo Amaral, demonstrava preocupação constante com o cuidado às pessoas e que a Secretaria da Mulher refletia essa orientação. Acrescentou que o sucesso das ações da rede resultava da parceria entre todas as instituições e reiterou apoio às mulheres e aos profissionais que atuavam na proteção dos direitos femininos. Encerrou assegurando que poderiam continuar contando com seu mandato. Em seguida, o presidente passou a palavra ao vereador Sargento Adriano. Ao iniciar sua fala, o vereador saudou o presidente, os parlamentares, os servidores, a população presente e os cidadãos que acompanhavam a sessão pelas redes sociais. Declarou ter acompanhado atentamente todas as exposições feitas pelas mulheres da rede e afirmou que cada fala demonstrava amor, dedicação e determinação na defesa dos direitos femininos, qualidades que considerava fundamentais e necessárias para a população de Imperatriz. Prosseguindo, observou que havia, nas falas, um sentimento recorrente de cobrança por melhorias estruturais — sentimento que considerou legítimo. Relatou que a maioria das expositoras mencionara a situação crítica da infraestrutura da Casa da Mulher Maranhense. Aproveitou a oportunidade para pontuar a necessidade de estrutura mínima também para a Patrulha Maria da Penha, destacando que o grupamento constituía um dos principais instrumentos de defesa das mulheres vítimas de violência doméstica na cidade e na região Tocantina. Recordou que a Patrulha atendia mais de trezentas mulheres cadastradas e que o serviço funcionava, naquele momento, com um único veículo, doado pelo Ministério Público, com quase dez anos de uso, o que comprometia o trabalho das patrulheiras. Declarou que dedicação e boa vontade não bastavam sem condições materiais adequadas e que o poder público tinha responsabilidade direta na garantia dessa estrutura. Relatou que já tentara destinar emenda parlamentar para a compra de um veículo, mas fora impedido por restrições legais. Da mesma forma, informou já ter buscado orientação com o presidente da Câmara sobre alternativas possíveis. O vereador também cobrou posicionamento dos deputados estaduais da região e criticou aqueles que, segundo disse, iniciavam pré-campanha sem atenção às demandas reais das mulheres. Citou ainda o governador do Estado, afirmando que, apesar de ampla presença nas redes sociais, era indispensável adotar medidas



ESTADO DO MARANHÃO CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

concretas que garantissem infraestrutura mínima para a rede. Finalizando, parabenizou todas as mulheres pelo trabalho realizado e reafirmou o compromisso de seu mandato com a defesa dos direitos femininos. Na sequência, o presidente concedeu a palavra à vereadora Jorgiana Pinheiro Sousa, anunciando que, em seguida, fariam a vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado e o vereador Wallasy Oliveira. Ao se pronunciar, a vereadora Jorgiana cumprimentou o presidente, os vereadores e, especialmente, todas as mulheres presentes. Declarou que a Tribuna Popular era extremamente importante e lembrou que, por trás de cada número apresentado, existia uma mulher, uma família e uma história que mereciam respeito e proteção. Afirmou que as decisões tomadas pelo Parlamento tinham potencial para salvar vidas e encorajou que cada vereador continuasse sendo voz ativa na defesa das mulheres que mais necessitavam de apoio. Finalizando, parabenizou toda a rede de proteção. Nesse momento, o presidente passou a palavra à vereadora Dra. Rosângela Curado. Ao se manifestar, a vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado afirmou que aquela era uma tribuna diferenciada, destacando o papel da procuradora da mulher, Renata Sousa Nascimento, e das demais integrantes da rede no enfrentamento à violência doméstica e na proteção das mulheres de Imperatriz. Declarou que cada profissional ali presente carregava consigo um percurso de renúncia e compromisso, reconhecendo que o trabalho exigia coragem, dedicação e sensibilidade. Prosseguindo, ressaltou que a Procuradoria da Mulher exercia não apenas função de acolhimento, mas também de orientação e proteção. Recordou que, ainda naquele ano, ela, Renata Sousa Nascimento e a vereadora Jorgiana haviam solicitado ao senador Weverton Rocha a destinação de um veículo para a Patrulha Guardiã Maria da Penha, solicitação que avançara ao longo das últimas semanas. Informou que, por meio da Polícia Rodoviária Federal, seria doada uma caminhonete — não nova, mas em condições adequadas de uso — para reforçar o trabalho das equipes. A vereadora destacou que a Patrulha atendia tanto a zona urbana quanto a zona rural, onde diversos chamados eram realizados, e que a disponibilidade de veículo adequado significaria maior eficácia e rapidez no atendimento às ocorrências. Declarou que a chegada do veículo deveria ser comemorada, pois representava reforço real à estrutura de proteção às mulheres da cidade. Em seguida, agradeceu a presença dos agentes de educação popular e do programa Pop SUS, reconhecendo o trabalho diário que realizavam nas comunidades. Mencionou, em especial, a agente comunitária de saúde Geane, destacando sua experiência e atuação contínua ao longo dos anos. Ressaltou que a violência contra a mulher frequentemente se iniciava ainda na violência obstétrica, fenômeno que, segundo afirmou, vinha sendo enfrentado com maior atenção na cidade por meio de políticas públicas específicas. Ao final, afirmou que Imperatriz vivia o momento da maior bancada feminina da



ESTADO DO MARANHÃO CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

história da Câmara Municipal, formada por quatro vereadoras, ressaltando que, embora o eleitorado feminino fosse maior, as barreiras estruturais ainda eram significativas. Declarou que as parlamentares permaneciam à disposição da rede de enfrentamento e que seus mandatos estavam comprometidos com a defesa das mulheres, com força, coragem e determinação. Encerrou agradecendo a presença de todas. Na sequência, o presidente concedeu a palavra ao vereador Wallasy Oliveira. Ao se pronunciar, o vereador cumprimentou o presidente, os parlamentares e todas as mulheres que participaram daquele momento, descrevendo-o como espaço combativo, de enfrentamento e reivindicação. Afirmou ter ouvido atentamente cada fala e parabenizou todas as profissionais da rede pelo trabalho que realizavam. O vereador enfatizou o papel da educação na formação de cidadãos conscientes, afirmando que o enfrentamento da violência começava na escola, mas também no ambiente doméstico. Destacou que pais e mães deveriam repreender manifestações machistas desde a adolescência, não permitindo que conceitos violentos se reproduzissem dentro da família. Declarou que o poder público tinha responsabilidade na área da educação, mas que a sociedade também precisava assumir o compromisso de formar novas gerações mais respeitadas e igualitárias. Abordou, ainda, a violência política de gênero, citando manifestação recente da secretária Liane sobre o tema. Mencionou que a vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado havia sido vítima desse tipo de violência e que tal comportamento revelava a agressividade e o ódio que parte da sociedade ainda nutria contra corpos femininos que ocupavam espaços de poder. Criticou práticas partidárias que inseriam mulheres apenas para preenchimento de cotas, sem oferecer condições reais para a disputa eleitoral. Declarou que, se em seu lugar estivesse uma mulher, sentir-se-ia igualmente bem representado. Afirmou que as mulheres não deveriam silenciar e que precisavam reivindicar permanentemente seus direitos, sem aceitar o mínimo. Reiterou que eram merecedoras de respeito e dignidade e que poderiam contar com a Câmara Municipal. Por fim, parabenizou as vereadoras Renata Sousa Nascimento, Terezinha de Oliveira Santos, Jorgiana Pinheiro Sousa e Dra. Rosângela Curado, reconhecendo que todas exerciam mandatos atuantes e comprometidos com a cidade. Após seu pronunciamento, o presidente concedeu a palavra ao vereador Aurélio Gomes. Ao iniciar sua fala, o vereador cumprimentou o presidente e parabenizou as vereadoras da Casa, afirmando que realizavam grande trabalho e que tinham potencializado a divulgação da temática da violência contra a mulher, mobilizando não apenas os parlamentares, mas toda a cidade de Imperatriz e a rede de apoio. O vereador sugeriu que, diante da relevância do tema e da ampla participação popular, as próximas edições da Tribuna Popular sobre violência contra a mulher fossem transformadas em audiências públicas formais, de modo a ampliar a visibilidade e a participação social.



ESTADO DO MARANHÃO CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

Comentou ter percebido, nas falas das expositoras, dúvidas importantes sobre o motivo do crescimento da violência contra a mulher. Considerou que o aumento da divulgação, sobretudo por meio de celulares, vídeos e denúncias públicas, poderia explicar parte das estatísticas apresentadas. Citou casos recentes, inclusive envolvendo autoridades de outros municípios e do Estado, mencionando episódios em que mulheres agredidas tiveram coragem de filmar as agressões, resultando em repercussão e responsabilização dos agressores. Defendeu a criação de novos mecanismos de proteção, tais como visitas regulares de viaturas às residências de mulheres ameaçadas e dispositivos de alerta rápido que permitissem acionar a polícia em situações de emergência. Sugeriu que a Câmara Municipal discutisse a possibilidade de os vinte e um vereadores contribuírem financeiramente, por meio de recursos pessoais, para a doação de um veículo destinado à Secretaria da Mulher, o qual poderia reforçar a integração entre a Casa da Mulher Maranhense e a Patrulha Maria da Penha. Afirmou que, divididos entre todos, os custos seriam pequenos. Declarou, ainda, que era necessário discutir a eficácia das medidas protetivas e solicitar dados mais detalhados sobre sua capacidade de evitar reincidências. Por fim, defendeu que a Câmara promovesse audiência pública dedicada ao tema e enviasse encaminhamentos à Assembleia Legislativa e ao Congresso Nacional. Recordou fala recente do presidente da República em defesa das mulheres e ressaltou a importância de campanhas educativas direcionadas também aos homens, encorajando que homens convencessem outros homens a abandonar comportamentos violentos. Encerrou agradecendo a atenção de todos. Em seguida, o presidente Adhemar Alves de Freitas Júnior parabenizou o vereador Aurélio Gomes e anunciou que, encaminhando-se para o encerramento da Tribuna Popular, convidava os colegas vereadores e todas as participantes para o registro fotográfico oficial. Acrescentou que os encaminhamentos sugeridos ao longo das falas seriam reunidos pela Procuradoria da Mulher, para posterior deliberação. Na sequência, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura da correspondência recebida, quando este informou que não a havia. Ato contínuo, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura do Expediente da Casa, que constava da apresentação, discussão e votação de: Moção de Pesar nº 1/2025, de autoria do vereador Alcemir da Conceição Costa, à família de Izabel dos Santos Silva - Irmã Belinha, manifestando profundo sentimento pelo seu falecimento; e cinco Indicações: Indicação nº 1045/2025, de autoria do vereador Francisco Messias da Silva, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, da revitalização completa e da modernização dos equipamentos da academia



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

comunitária situada na Praça da Rotatória da Facimp, localizada na Avenida Pedro Neiva de Santana. Indicação nº 1097/2025, de autoria do vereador Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao superintendente municipal de Limpeza Urbana, Manoel Conceição de Almeida (Bebé Taxista), da execução, em caráter de urgência, de serviços de limpeza pública na área pública/terreno baldio situado nos fundos do Clube AABB, na Vila Parati. Indicação nº 1100/2025, de autoria do vereador João Ferreira da Gama Júnior, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral, ao secretário municipal de Saúde, Flamarion de Oliveira Amaral, e ao secretário municipal de Segurança Pública Integrada, Ricardo Seidel Guimarães, do uso de drones como instrumento estratégico de modernização das políticas públicas municipais, integrando essa tecnologia às ações de combate à dengue e às operações da Guarda Municipal. Indicação nº 1107/2025, de autoria da vereadora Jorgiana Pinheiro Sousa, ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, da recuperação asfáltica de toda a extensão da Rua Santa Terezinha, situada no Parque Bom Sucesso. Indicação nº 1108/2025, de autoria do vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa, ao senador da República Weverton Rocha Marques de Sousa, da adoção de medidas voltadas a garantir a continuidade do tratamento de pacientes portadores de doenças crônicas — compreendidas como diabetes, hipertensão, asma, doenças cardiovasculares, determinados tipos de câncer, doenças renais, doenças autoimunes, doenças respiratórias crônicas, problemas de coluna, depressão, fibromialgia, osteoporose, rinite crônica e Alzheimer — assegurando atendimento, acompanhamento e cobertura terapêutica em situações de trânsito temporário ou fixo entre municípios, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. Na sequência dos trabalhos, após a apresentação das Indicações constantes do Expediente da Casa, o vereador Alcemir da Conceição Costa formulou questão de ordem ao presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, solicitando a suspensão temporária da sessão para reunião da Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, a fim de que fossem apreciados Projetos de Decreto Legislativo relacionados à concessão da Medalha do Mérito Legislativo Barão de Coroatá. Atendendo ao pleito, o presidente assinalou a necessidade de deliberação da CCJ sobre os decretos legislativos pendentes, inclusive de autoria do vereador Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa, e suspendeu a sessão pelo prazo de dez minutos, para realização da reunião da referida comissão. Logo depois, esgotado o prazo e concluída a reunião da Comissão de Constituição e Justiça, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, reabriu os trabalhos, declarando reconstituída a sessão ordinária. Nesta ocasião, o vereador Rubem Lopes Lima dirigiu-se à Mesa e sugeriu que, em razão do adiantado da hora e do número de matérias a serem apreciadas na Ordem do Dia, as Indicações constantes do Expediente fossem



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

discutidas e votadas em bloco. Neste ínterim, em virtude do horário adiantado, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, propôs a apreciação em bloco das Indicações constantes do Expediente da Casa, bem como da Moção de Pesar de autoria do vereador Alcemir da Conceição Costa, proposta que, submetida a votação, foi aprovada pela unanimidade dos edis presentes. Em seguida, o presidente anunciou que os autores das Indicações nº 1.045/2025, nº 1.097/2025, nº 1.100/2025, nº 1.107/2025 e nº 1.108/2025 ficariam à vontade para defender suas matérias. Na segunda fase do Expediente da Casa, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, franqueou a palavra ao vereador Francisco Messias da Silva, autor da Indicação nº 1.045/2025, por meio da qual solicitava ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, a revitalização completa e a modernização dos equipamentos da academia comunitária situada na praça da rotatória da Facimp, localizada na Avenida Pedro Neiva de Santana. Ao defender a proposição, o vereador salientou que a cidade vivia momento de intensa prática esportiva, sobretudo nas ruas de lazer, e avaliou que o espaço em questão, embora muito frequentado por moradores de diversos bairros, encontrava-se com os equipamentos danificados e necessitava de recuperação urgente. Ressaltou que o prefeito demonstrava apreço pelo esporte, entendendo-o como instrumento de saúde e qualidade de vida, e manifestou confiança em que promoveria a recuperação da praça e da academia ao ar livre instaladas na rotatória da Facimp. Em seguida, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, registrou a defesa da Indicação nº 1.045/2025 e passou a palavra à vereadora Jorgiana Pinheiro Sousa, autora da Indicação nº 1.107/2025, destinada ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Vilmar Dantas Nóbrega, com o pedido de recuperação asfáltica de toda a extensão da Rua Santa Terezinha, situada no Parque Bom Sucesso. Ao justificar a matéria, a vereadora explicou que a via cortava o centro da feirinha do Bom Sucesso e que os feirantes enfrentavam sérias dificuldades até mesmo para montar suas barracas, em razão das más condições do pavimento. Lembrou que já haviam sido apresentadas Indicações anteriores relativas às ruas Frei Epifânio, São Vicente de Paula e Raimundo de Moraes, todas localizadas no entorno da feira, e enfatizou que aquelas constituíam as principais vias de acesso à área comercial, razão pela qual solicitava prioridade na recuperação asfáltica. Logo depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, consignou a defesa da Indicação nº 1.107/2025 e concedeu a palavra ao vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa, autor da Indicação nº 1.108/2025, por meio da qual solicitava ao senador da República Weverton Rocha Marques de Sousa a adoção de medidas voltadas a garantir a continuidade do tratamento de pacientes portadores de doenças crônicas — compreendidas como diabetes, hipertensão,



ESTADO DO MARANHÃO CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

asma, doenças cardiovasculares, determinados tipos de câncer, doenças raras, doenças autoimunes, doenças respiratórias crônicas, problemas de coluna, depressão, fibromialgia, osteoporose, rinite crônica e Alzheimer —, assegurando atendimento, acompanhamento e cobertura terapêutica em situações de trânsito temporário ou fixo entre municípios, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. Em sua manifestação, o vereador explicou que a proposição buscava atender pleito de pacientes que faziam uso contínuo de tratamentos complexos, como hemodiálise e terapias específicas, e que, em períodos de férias ou viagens familiares, ficavam impedidos de se deslocar por ausência de garantia de continuidade do tratamento em outros municípios ou Estados. Relatou ter tratado do tema com o senador e informou que este se comprometera a dialogar com o ministro da Saúde, Nísia Trindade (Ministério da Saúde), para construção de protocolo nacional que possibilitasse aos pacientes realizar seus tratamentos mesmo quando em deslocamento com a família. Nessa perspectiva, o vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa ponderou que a medida visaria assegurar o direito de ir e vir e a dignidade dos pacientes crônicos, que, muitas vezes, viam-se obrigados a permanecer em casa enquanto os demais membros da família viajavam. Defendeu que a articulação entre o Senado Federal e o Ministério da Saúde poderia resultar na formulação de política pública que organizasse, em rede, o atendimento a esses pacientes nas unidades credenciadas do Sistema Único de Saúde – SUS em todo o território nacional. Ao final, solicitou o apoio dos demais vereadores à aprovação da Indicação nº 1.108/2025. Na sequência, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, registrou a defesa da Indicação nº 1.108/2025 e concedeu a palavra ao vereador Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa, autor da Indicação nº 1.097/2025, destinada ao prefeito Rildo de Oliveira Amaral e ao superintendente municipal de Limpeza Urbana, Manoel Conceição de Almeida, da execução, em caráter de urgência, de serviços de limpeza pública na área pública/terreno baldio situada nos fundos do Clube AABB, na Vila Parati. Ao defender a proposição, o vereador relatou que moradores o haviam procurado no gabinete, apresentando imagens que evidenciavam o acúmulo de lixo e entulho na área, mesmo havendo placa indicativa de propriedade municipal. Assinalou que, apesar da sinalização, diversas pessoas insistiam em descartar resíduos no local, o que vinha gerando mau cheiro, proliferação de vetores e risco à saúde da população da Vila Nova e do grande Sanharol. Solicitou, assim, atenção especial do superintendente de Limpeza Urbana para resolução emergencial do problema. Em seguida, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, elogiou a pertinência da Indicação nº 1.097/2025 e deu por encerrada a defesa do autor, mantendo a palavra franqueada aos demais parlamentares. Nesta oportunidade, o vereador Aurélio Gomes da Silva cumprimentou o vereador Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa pela iniciativa e pediu autorização



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

para subscrever a Indicação, destacando a relevância da limpeza da área para a cidade de Imperatriz. Na mesma linha, o vereador Alcemir da Conceição Costa manifestou apoio à proposição, ressaltou a necessidade de levar a superintendência de limpeza àquele setor e também solicitou permissão para subscrevê-la. Ao final da discussão, ao fazerem uso da palavra, dispuseram-se a subscrever a matéria os vereadores Aurélio Gomes da Silva e Alcemir da Conceição Costa. Na continuidade dos trabalhos, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, registrou que permanecia franqueada a palavra aos demais autores das Indicações apreciadas em bloco e passou a tratar das manifestações subsequentes, inclusive quanto à Moção de Pesar de autoria do vereador Alcemir da Conceição Costa, matéria que seria apreciada oportunamente, após os debates, juntamente com as demais proposições do Expediente. Instantes depois, como não houvesse mais vereadores interessados em se manifestar sobre as Indicações debatidas em bloco, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, anunciou que passaria à fase de deliberação. Assinalou que todas as matérias haviam sido devidamente defendidas por seus autores, ressalvada a Moção de Pesar de autoria do vereador Alcemir da Conceição Costa, cuja leitura e deliberação seriam realizadas em momento próprio do Expediente. Em seguida, como não se registrassem novos pronunciamentos, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu à votação as Indicações nº 1.045/2025, nº 1.097/2025, nº 1.100/2025, nº 1.107/2025 e nº 1.108/2025, todas apreciadas em bloco, que receberam a aprovação pela unanimidade dos edis participantes. Logo depois, o presidente convidou o vereador Alcemir da Conceição Costa para proceder à leitura e defesa da Moção de Pesar anteriormente mencionada. Ao fazer uso da palavra, o vereador Alcemir da Conceição Costa lamentou o falecimento da cidadã homenageada, cujo nome registrou em plenário, e declarou que a moção expressava não apenas o sentimento desta Casa Legislativa, mas também o reconhecimento do papel social desempenhado pela homenageada em vida. Acrescentou que a Câmara Municipal se solidarizava com familiares e amigos, rogando conforto a todos. Após a manifestação do autor, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, abriu espaço para eventuais considerações dos parlamentares. Nesta oportunidade, a vereadora Rosângela Aparecida Barros Curado expressou condolências aos familiares, ressaltando a relevância comunitária da homenagem e afirmando que sua partida causara grande comoção. Em seguida, o vereador Francisco Messias da Silva também registrou solidariedade, afirmando que a moção traduzia o pesar de todos os vereadores. Como não houvesse outros inscritos, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, submeteu a votação a Moção de Pesar de autoria do vereador Alcemir da Conceição Costa, que foi aprovada pela unanimidade dos edis participantes. Na sequência, o presidente deu por encerrada a fase do Expediente da Casa, anunciando que,



ESTADO DO MARANHÃO CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

logo após breve intervalo para organização das matérias, teria início a Ordem do Dia, destinada à apreciação dos Projetos de Decreto Legislativo constantes da pauta: Projeto de Decreto Legislativo nº 94/2025, de autoria do vereador Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa, que “Concede a Medalha do Mérito Legislativo Barão de Coroatá à Sra. Maria das Graças Souza Veloso”; Projeto de Decreto Legislativo nº 95/2025, de autoria do presidente Adhemar Alves de Freitas Júnior, que “Concede a Medalha do Mérito Legislativo Barão de Coroatá ao Sr. Irajá Pinto da Silva”; Projeto de Decreto Legislativo nº 96/2025, de autoria do presidente Adhemar Alves de Freitas Júnior, do primeiro vice-presidente Rodrigo Silva de Medeiros Passos, do vereador Rubem Lopes Lima, do primeiro-secretário Wanderson Manchinha Silva Carvalho e do segundo-secretário Whelberson Lima Brandão, que “Concede a Medalha do Mérito Legislativo Barão de Coroatá ao Sr. Georgiano Rodrigues Magalhães Neto”. Na sequência, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, anunciou a Ordem do Dia, que constava da única discussão e votação dos Projetos de Decreto Legislativo apresentados pelos vereadores. Em seguida, autorizou o primeiro-secretário, Wanderson Manchinha Silva Carvalho, a proceder à leitura das matérias constantes da Ordem do Dia, incluindo os Pareceres favoráveis das Comissões Permanentes, nos termos regimentais. Nesta ocasião, o vereador Whelberson Lima Brandão realizou a leitura sucessiva dos Projetos de Decreto Legislativo nº 88/2025 ao nº 96/2025, que versavam sobre concessão de título de cidadão imperatrizense e sobre a Medalha do Mérito Legislativo Barão de Coroatá, bem como dos Projetos de Decreto Legislativo nº 70/2025 ao nº 73/2025, todos de igual teor honorífico. Enquanto procedia à leitura, o parlamentar registrou as datas de apresentação, a autoria das proposições e os fundamentos constantes das ementas, conforme texto encaminhado à Mesa Diretora. Após a leitura, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, ressaltou que os Projetos de Decreto Legislativo nº 88/2025, nº 89/2025, nº 90/2025, nº 91/2025, nº 92/2025, nº 93/2025, nº 94/2025, nº 95/2025, nº 96/2025, nº 70/2025, nº 71/2025, nº 72/2025 e nº 73/2025 tratavam, todos, de concessão de honrarias — títulos de cidadania imperatrizense e Medalhas do Mérito Legislativo Barão de Coroatá. Declarou, ainda, que, conforme sugestão apresentada pelo vereador Francisco Messias da Silva, as matérias seriam apreciadas de forma conjunta, em bloco. Ato contínuo, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, declarou aberta a fase de discussão conjunta dos projetos. Nesta oportunidade, o vereador Rubem Lopes Lima fez uso da palavra, afirmando que se pronunciaria, em nome dos quatro Projetos de Decreto Legislativo de sua autoria, apenas sobre uma das homenageadas, Rosane Ribeiro Dourado de Souza, jornalista da TV Mirante. Destacou que a profissional, natural do município de Pio XII, possuía longa trajetória de serviços prestados à população de Imperatriz, sobretudo na área da comunicação social,



ESTADO DO MARANHÃO CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

levando informação de qualidade às residências e fortalecendo a missão jornalística na cidade. Encerrando, agradeceu ao presidente pela oportunidade. Como não se registrassem outras manifestações, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, deu início à única votação nominal dos Projetos de Decreto Legislativo apreciados em bloco. A seguir, solicitou o registro dos votos favoráveis dos vereadores, na seguinte ordem: Aurélio Gomes da Silva, Whalassy de Oliveira Barros, Adriano Lima Brito, Francisco Messias da Silva, Jorgiana Pinheiro Sousa, Renata Sousa Nascimento, Ricardo Seidel Guimarães, Jhony dos Santos Silva, João Ferreira da Gama Júnior, Rosângela Aparecida Barros Curado, Terezinha de Oliveira Santos, Mesaac Cirqueira Santiago, Alcemir da Conceição Costa, Rubem Lopes Lima, Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa, Whelberson Lima Brandão, Amauri Alberto Pereira de Sousa, Wanderson Manchinha Silva Carvalho e Adhemar Alves de Freitas Júnior. Concluída a votação, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, proclamou que todos os Projetos de Decreto Legislativo submetidos à apreciação conjunta haviam sido aprovados pela unanimidade dos vereadores presentes, deliberando-se, assim, pela concessão dos títulos de cidadania imperatrizense e das Medalhas do Mérito Legislativo Barão de Coroatá aos respectivos homenageados. Por fim, o presidente assinalou que, assim, ficava exaurida a Ordem do Dia, anunciando que a sessão prosseguiria com os encaminhamentos regimentais subsequentes. Na fase final da sessão, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, solicitou ao servidor Fábio, responsável pelo sistema de exibição, que inserisse na tela a imagem anteriormente encaminhada à Mesa, bem como os encaminhamentos relacionados. Em seguida, dirigiu convite aos vereadores, aos assessores jurídicos e contábeis dos gabinetes e aos servidores da Casa, informando que, no dia 5, a partir das 8 horas, seria realizado curso voltado às emendas impositivas para o Legislativo municipal, em razão de recente decisão do Supremo Tribunal Federal, que passara a disciplinar a matéria para o exercício de 2026. Explicou que o curso seria ministrado pelo professor Lobo, auditor do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, cujo currículo avaliou como extenso e de reconhecida qualificação. Assinalou que o Tribunal de Contas deveria padronizar a sistemática das emendas parlamentares no âmbito estadual e municipal, motivo pelo qual considerava fundamental a participação dos parlamentares. O presidente comentou que já houvera dialogado previamente com o professor e que alguns temas do curso envolviam possível ampliação das emendas, razão pela qual considerava relevante que todos os vereadores e assessores tomassem conhecimento para embasar futuros debates. Informou que as inscrições permaneciam abertas para os assessores dos vereadores, podendo ser realizadas com a servidora Daniele, da Comunicação, ou com o servidor Sávio, da Comissão de Licitação. Logo depois, registrou manifestação do vereador Aurélio Gomes da Silva, que



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

formulara questão de ordem solicitando esclarecimento sobre o pagamento das emendas parlamentares. O vereador rememorou discurso do presidente feito na semana anterior, no qual cobrava o cumprimento das emendas, e perguntou se os pagamentos seriam efetivados até dezembro, se ficariam para o ano seguinte ou se não haveria mais previsão de pagamento. O presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, ao responder, esclareceu a todos os parlamentares e à população de Imperatriz que as emendas parlamentares não pertenciam aos vereadores, mas sim à sociedade. Reafirmou que sua manifestação anterior permanecia válida e que todos os instrumentos disponíveis estavam sendo utilizados para garantir o cumprimento das emendas. Destacou que a pauta daquela sessão não incluía matérias orçamentárias e que continuaria sem incluí-las enquanto o Executivo não efetuasse o pagamento das emendas parlamentares dos vereadores. Acrescentou que, se necessário fosse, a Câmara buscaria a via judicial para exigir o cumprimento do direito. Declarou, ainda, que os parlamentares já estavam inscritos para o curso a ser realizado no dia seguinte. Na sequência, o presidente renovou o convite para o curso e registrou que não havia vereadores inscritos para o uso da tribuna na fase final. Como não houvesse mais nada a tratar, declarou a sessão encerrada. Instantes depois, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, abriu inscrições a pronunciamentos no Grande Expediente, quando se inscreveram os edis: Como nada mais houvesse a tratar, o presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, deu por encerrada a Sessão. Tasso Assunção, secretário *ad hoc*, lavrou a presente ata, que, após revisada pela servidora Zilda de Carvalho Pereira, vai assinada pelos membros da Mesa Diretora. Plenário Léo Franklin, da Câmara Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão, em 4 de dezembro de 2025.

Adhemar Alves de Freitas Júnior
Presidente

Rodrigo Silva de Medeiros Passos
Primeiro vice-presidente

Rubem Lopes Lima
Segundo vice-presidente

Wanderson Manchinha Silva Carvalho
Primeiro-secretário

Whelberson Lima Brandão
Segundo-secretário